

Sarney cita escândalo ao responder à Igreja

JORNAL DE BRASÍLIA

3º FEV 1988

O presidente José Sarney devolveu as críticas que recebeu da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ontem em carta dirigida ao presidente da entidade, dom Luciano Mendes de Almeida, Sarney advertiu a Igreja para não cometer injustiça ao generalizar denúncias e, manifestando-se «chocado» com o teor da nota divulgada pela CNBB, domingo passado, lembrou que a corrupção é uma «erva daninha» da qual não escapa nem o próprio Vaticano. O presidente citou nominalmente o escândalo do Banco Ambrosiano, de propriedade da Santa Sé, envolvendo várias personalidades da alta cúpula da Igreja.

Para assessores do Presidente, a carta do presidente Sarney teve o mesmo sentido de um rompimento nas relações entre o Governo e a Igreja, já estremecidas desde a saída do ex-ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, em 1986, que chegou ao cargo por influência da Igreja, e as insistentes negativas dos órgãos de informações à entrada de novos missionários estrangeiros no País.

Uma última tentativa de conciliação acontecerá hoje, às 17h30, quando dom Luciano Mendes de Almeida será recebido no Palácio do Planalto por Sarney, numa audiência articulada pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Foi o próprio Costa Couto quem se encarregou de entregar a carta a dom Luciano, mas esbarrou, na sede da CNBB, com a notícia de que o presidente da entidade estava em São Paulo. Acompanhado por um fotógrafo oficial da Presidência da República, Costa Couto oficializou a entrega da correspondência ao padre José Arlindo Naday, assessor da CNBB. Diante da insistência do padre, o ministro telefonou, da própria CNBB, para dom Luciano, que solicitou a leitura da carta do Presidente.

Austeridade

Depois de pedir, «humildemente» — como diz na carta —, a ajuda da CNBB no combater à corrupção, Sarney garante que «nenhum episódio da área pública envolvendo prática condenável» chegou ao seu conhecimento sem que se tivesse tomado as providên-

cias da lei. «Jamais abandonei os meus padrões éticos, sob qualquer interesse, e no exercício da Presidência ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica. No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão» — afirma o presidente, na carta.

Estratégia

Esta é a primeira vez, nos últimos 15 anos, que o Governo responde oficialmente a um documento da Igreja. Em 1971, o então ministro da Justiça do presidente Médici, Alfredo Buzaid, respondeu à «Carta de Brasília», elaborada pelos bispos, na qual se denunciava crimes de tortura contra presos políticos. Buzaid foi recebido pessoalmente pelo cardeal dom Aloísio Lorscheider, que não aceitou as críticas de Buzaid.

A resposta de Sarney faz parte da nova estratégia do Governo em «criar fatos», sugerida pelo novo esquema de comunicação da Presidência.

«Corrupção é insidiosa»

«Brasília, 02 fev. 88.

Estimado e

meu caro amigo,
reverendíssimo Dom Luciano,

Acuso o recebimento de sua carta encaminhando-me a nota da CNBB que trata da conjuntura nacional.

Sabe Vossa Reverendíssima o apreço que lhe tenho. Não é de hoje e não se apóia em nenhuma forma de cooptação. Acompanhei sua brilhante vida de sacerdote, sua doação à causa da criança, sua atividade apostólica. Acresce ainda um dado sentimental e importante para mim: as raízes maranhenses, plantadas no tronco do grande senador Cândido Mendes de Almeida, parte de nossa gloriosa tradição.

Católico de corpo inteiro, membro da Igreja em que me mantenho na fé, na prática dos meus deveres de cristão, fiel à mensagem do cristianismo que me orientou a vida, confesso-lhe que os termos da referida nota e as suas declarações à imprensa chocaram-me. Toda generalidade é perigosa e pode desambar para a injustiça e injúria. O padre Antônio Vieira dizia ser esta como penas soltas ao vento. Uma vez espalhadas, não se podia recolhê-las todas, e sempre ficariam muitas.

Para que isso não aconteça, venho pedir-lhe humildemente que me ajude, precisando fatos e pessoas para que melhor eu possa coibi-los e puni-las. Seria isto uma inestimável colaboração. Nenhum episódio da área pública envolvendo prática condenável chegou ao meu conhecimento sem que tivesse tomado as providências da lei. Jamais abandonei os meus

padrões éticos, sob qualquer interesse, e no exercício da Presidência ninguém pode negar a minha conduta de austeridade monástica. No Palácio da Alvorada, nestes três anos, o único ato que se celebra é a Santa Missa, todos os domingos, assistida por mim, por minha mulher, filhos e netos. Nenhuma festa, nenhum banquete, nenhum salão.

A corrupção, todos sabemos, é uma erva daninha que devemos combater sem tréguas. Veja V. Revma. que à sua solerte invasão não pode fugir nem mesmo a Santa Sé. O caso do Banco Ambrosiano mostra como é insidiosa. Nem por isso devemos generalizar nem identificar um sinal de decadência ou diminuição dos padrões da administração da Igreja.

A violência que a referida nota profetiza jamais terá meu incentivo. Tenho dado mostras de paciência, concórdia e tolerância e perseverarei nelas.

Vossa Reverendíssima preside uma comunidade muito grande. Mas somente o fato de ser presidente da CNBB não lhe torna possível controlar qualquer desvio de conduta de quem quer que seja, e nem por isso deve ser acusado de chegar às raízes «da convivência».

De minha parte terão sempre o País e a minha Igreja a manutenção desses padrões que me fizeram cristão e me dão a paz interior, que é a paz do espírito.

Como dizia S. Paulo, «eu que escrevi esta epístola, vos saúdo no Senhor».

O amigo de sempre,
com estima e afetuoso abraço,

José Sarney».

Brossard critica posição da CNBB

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, lançou ontem um desafio ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, para que ele aponte os nomes dos corruptos do governo, prometendo mandar apurar, imediatamente, todas as irregularidades. «Imagine se se comessem a falar da corrupção da Igreja sem citar os nomes dos padres», disse o ministro.

Paulo Brossard afirmou que uma pessoa com a autoridade do presidente da CNBB não pode fazer denúncias «genéricas» de corrupção, no governo, sem indicar «nomes e circunstâncias». «Ao apontar essas pessoas, ele estaria prestando um grande serviço ao governo, ao País e à Igreja».

Em nota enviada a todas as dioceses do País, no sábado, o presidente da CNBB afirmou que a corrupção no atual governo supera as irregularidades praticadas durante o regime militar, e com a conivência das autoridades.

Tuma

O ministro Paulo Brossard determinou ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, que acelere, «sem prejuízo da isenção e da exceção», os inquéritos sobre corrupção no governo. Brossard destacou o caso do Banco da Amazônia, que estaria, espera evolução da investigação, dependendo de dados a serem fornecidos pelo Banco Central.

«Vou atrás disso», disse o ministro, informando que inquirirá Tuma sobre as informações que foram requisitadas ao Banco Central e ao Basa, até agora não fornecidas. Segundo Brossard, atitude semelhante à que adotou ontem em relação ao Basa obteve sucesso em relação ao caso do Central-Sul: «Já deu alguns resultados».